



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	ADMINISTRAÇÃO
Disciplina:	Direito Administrativo – Turma 2018

Ano Letivo:	2021
Semestre:	01
Turno:	Noturno - Atividades remotas de ensino
Carga Horária:	75h
Nome do Professor:	Roberto José Nery Moraes

II – EMENTA
Direito administrativo: Origem, evolução, fundamentos, princípios, objeto e conceito. Administração Pública. Regime Jurídico. Poderes. Serviço Público. Ato Administrativo. Licitação. Contrato Administrativo. Terceirização. Movimentos Sociais e as Políticas Públicas. Povos e Comunidades Tradicionais e Políticas Públicas. Racismo Institucional.

III – OBJETIVOS DA DISCIPLINA
Analisar o Direito Administrativo promovendo como ciência a compreensão de seus postulados jurídicos, epistemológicos, da coisa pública e compreender a análise do conjunto de seus conceitos, princípios e bases teóricas, objetivando a função administrativa, os institutos próprios da administração pública e da defesa do serviço público, dando um entendimento jurídico amplo e sólido do estudo administrativo do Estado como espaço do que é público interagindo e interferindo com a sociedade para alcançar o interesse público.

IV – METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas na modalidade remota de ambiente virtual com exposição do conteúdo pelos meios de tecnologia educacionais disponíveis pela UNIFAP.

V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
UNIDADE I – Noções Preliminares. <ol style="list-style-type: none">1. Conjuntura Atual: Fascismo Bolsonariano e a Administração Pública.2. O Estudo do Direito Administrativo.3. Direito Público e Direito Privado.4. Origem: Escola francesa, escola italiana.5. Conceito.6. Objeto.7. Relações com outros ramos do Direito e com as Ciências Sociais.8. Direito Administrativo e Ciência da Administração.9. Direito Administrativo e Política.10. Fontes do Direito Administrativo.11. A Codificação do Direito Administrativo.

12. Interpretação do Direito Administrativo.
13. Evolução Histórica do Direito Administrativo.
14. Fundamentos.
15. Estado, Governo e Administração Pública.
16. Administração Pública.

UNIDADE II – Princípios do Direito Administrativo.

1. Conceito.
2. Importância da Princiologia do Direito Administrativo.
3. Supraprincípios do Direito Administrativo.
4. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo:
 - 4.1. Princípio da Legalidade.
 - 4.2. Princípio da Impessoalidade.
 - 4.3. Princípio da Moralidade.
 - 4.4. Princípio da Publicidade.
 - 4.5. Princípio da Eficiência
5. Princípios Infraconstitucionais.

UNIDADE III – Organização da Administração.

1. O Direito Administrativo no Brasil.
2. Sistemas Administrativos.
3. O Sistema Administrativo Brasileiro.
4. Regime Jurídico Administrativo.
5. Crise na noção de Serviços Públicos e a Relação com a Realidade Brasileira.
6. Formas de Prestação da Atividade Administrativa.
7. Órgãos Públicos.
8. Administração Direta.
9. Administração Indireta.
10. Agências Reguladoras.
11. Fundação Pública.
12. Agências Executivas.
13. Empresas Estatais.
14. Entes de Cooperação. Entidades Paraestatais e Terceiro Setor: Considerações gerais. Serviços Sociais Autônomos. Entidade de Apoio. Organizações Sociais. Terceirização em Empresa.

UNIDADE IV – Atos Administrativos.

1. Conceito.
2. Ato da Administração e Ato Administrativo.
3. Conceito de Ato Administrativo.
4. Vinculação e Discricionariedade.
5. Elementos do Ato Administrativo:
 - 5.1. Sujeito Competente.
 - 5.2. Forma.
 - 5.3. Motivo.
 - 5.4. Objeto.
 - 5.5. Finalidade.
6. Atributos do Ato Administrativo.
7. Classificações dos Atos Administrativos.
8. Espécies de Atos Administrativos.
9. Extinção dos Atos Administrativos.

UNIDADE V – Poderes da Administração.

1. Conceito.
2. Poder Vinculado e Poder Discricionário.
3. Poder Regulamentar.
4. Poder Hierárquico.
5. Poder Disciplinar.
6. Poder de Polícia.
7. Poderes e Deveres do Administrador.

UNIDADE VI – Serviços Públicos.

1. Noções Preliminares.
2. Titularidade do Serviço Público.
3. Princípios do Serviço Público.
4. Serviços Essenciais.
5. Formas de Prestação.
6. Responsabilidade do Prestador de Serviço Público.
7. Formas de Remuneração.
8. Classificação dos Serviços Públicos.
9. Direitos e Obrigações do Usuário.
10. Racismo Institucional.
11. Lógica do Comportamento Funcional do Servidor Público.
12. Relação Estado e Sociedade.
13. Os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas.
14. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

UNIDADE VII – Licitação.

1. Conceito.
2. Finalidade.
3. Competência para Legislar.
4. Modalidades Licitatórias na antiga lei.
 - 4.1. Concorrência.
 - 4.2. Tomada de Preço.
 - 4.3. Convite.
 - 4.4. Concurso.
 - 4.5. Leilão.
 - 4.6. Pregão.
 - 4.7. Pregão Eletrônico.
5. Nova lei de licitações e contratos – NLLC - Lei nº 14.133/2021.
 - 5.1. Âmbito de Aplicação.
 - 5.2. Objetos.
 - 5.3. Vigência.
 - 5.4. Mudanças com a Nova Lei.
 - 5.4.1. Modalidades.
 - 5.4.2. Fases do Procedimento Licitatório.
 - 5.4.3. Critérios de Julgamento das Propostas.
 - 5.4.4. Dispensa por Baixo Valor.
 - 5.4.5. Dispensa por Emergência.
 - 5.4.6. Dispensa por Licitação Fracassada ou Deserta.
 - 5.4.7. Inexigibilidade.
 - 5.4.8. Alienação de Bens.

- 5.4.9. Preços Inexequíveis.
- 5.4.10. Agentes Públicos da Licitação e Agentes de Contratação.
- 5.4.11. Procedimentos Auxiliares.
- 5.4.12. Princípios Licitatórios.
- 5.4.13. Objetivos e Finalidades.
- 5.4.14. Publicidade.
- 5.4.15. Regime de Execução.
- 5.4.16. Convocação.
- 5.4.17. Garantias.
- 5.4.18. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 5.4.19. Sanções.

UNIDADE VIII – Contratos Administrativos.

- 1. Conceito.
- 2. Características.
- 3. Cláusulas Necessárias.
- 4. Duração do Contrato Administrativo.
- 5. Responsabilidades.
- 6. Formas de extinção.
- 7. Sanções.
- 8. Contratos em espécie.
- 9. Concessão e Permissão de Serviço Público.

VI – AVALIAÇÃO

A avaliação será durante o processo de ensino e aprendizagem composta a partir de estudos dirigidos a cada unidade estudada equivalendo às avaliações regulares.

VII – BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Ver. 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 27ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CUNHA, Dirley. Curso de Direito Administrativo. 7ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 8ª Ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: IMPETUS, 2014.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 39ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 30ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

AMAPÁ. **Constituição do Estado do Amapá de 20 de dezembro de 1991**. Macapá: Assembleia Legislativa do Amapá, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 11. dez. 2012.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Herança quilombola: negros, terras e direitos: Brasil, um país de negros?** (Org.). BACELAR, Jeferson; CARDOSO, Carlos. Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

MORAES, Roberto José Nery. **O valor ambiental da religião afro-ameríndia: uma análise acerca da intolerância religiosa no Amapá**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, na linha de pesquisa Meio Ambiente e Políticas Públicas. 2013.

_____, Roberto José Nery Moraes. **Valor ambiental afro-ameríndio e os paradigmas do racismo religioso**. UNIFAP, 2014.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; THEODORO, Mário. (Org.), JACCOUD, Luciana, SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. cap. 3. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias**. Brasília: IPEA, 2008.

VIII – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BULOS, Uadi Lammêngo. **Constituição Federal Anotada**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FEREIRA. Pinto. **Curso de Direito Constitucional**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

GRAU, Eros Roberto. **Licitação e Contrato Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 1995.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira. **BRANCO**, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 26ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOVELINO, Marcelo. Manual de Direito Constitucional. 9ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Método, 2014.

SABBAG, Eduardo de Moraes. Direito Tributário. 7ª Ed. São Paulo: Premier Máxima, 2005.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR). Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 27. jan. 2010.

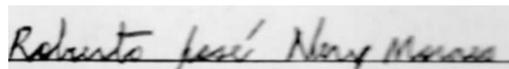
_____. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>> Acesso em: 21. mar. 2010.

_____. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008.** Dispõe sobre a inclusão no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.” Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 28. jan. 2010.

_____. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana 2013 – 2015: Em defesa da ancestralidade africana, por um Brasil sem racismo.** Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPIR, 2ª edição, 2013.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. Pontifício conselho justiça e paz. São Paulo: Paulinas, 7ª edição, 2011.

MACIEL, Alexsara de Souza. Conversa amarra preto: a trajetória histórica da união dos negros do Amapá: 1986-2000. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História, 2001.



Assinatura do(a) Professor(a)

Coordenador(a) do Curso